**UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO – UGP**

PROJETO PIPIRIPAU – PRODUTOR DE ÁGUA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 25 de maio de 2022

Local: Aplicativo Teams

PARTICIPANTES:

ADASA – Israel Pinheiro Torres

ADASA – Marcio Cavalcante

ADASA – Walter Araujo dos Santos

ADASA – Wendel Vanderlei Lopes

ADASA – Giovanna Gonçalves

ADASA – Gerson Benites Gomes

ANA – Nathalia Janaína Sampaio

ANA – Rossini Ferreira Matos Sena

ANA – Luis Preto

BRASÍLIA AMBIENTAL - Clebiane

CAESB - Fábio Backker

EMATER/DF – Diândria Daia

EMATER/DF – Icléa Almeida Silva

EMBRAPA CERRADOS – Fabiana Aquino

IBRAM – Leandro Salles

IBRAM – Marina Lopes Ribeiro

SEAGRI - Rafael

SEMA/DF Thaiane Meire

SUDECO – Simone Soares Carvalho

SUDECO – Ingrid Astolfi

TNC – André Targa Cavassani

UNB - Ricardo Gaspar

**PAUTA:**

**1. Aprovação da ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 16/02/2022;**

**2. Relato pela Coordenação Geral da UGP Pipiripau sobre as atividades desenvolvidas até maio de 2022;**

**3. Acordo de Cooperação Técnica – ACT 2022;**

**4. Relato dos coordenadores dos GTs;**

**5. Assuntos Gerais.**

**DESENVOLVIMENTO:**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois (25/05/2022), às catorze horas (14h00), no ambiente virtual, Teams, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária da Unidade de Gestão do Projeto do Programa Produtor de Água no Pipiripau de 2022, conduzida por Wendel Vanderlei Lopes (ADASA) com a pauta supracitada. Na agremiação, houve a participação de vinte e dois (22) participantes, representando doze (12) instituições.

Wendel (ADASA) deu início a reunião dando as boas-vindas aos presentes e apresentando a pauta da reunião.

Seguindo a prática habitual, apresentou-se a pauta e aprovou-se a Ata da reunião anterior (1ª Reunião Ordinária 2022).

Item 1º – Para a aprovação da ata, não foi apresentado nenhuma objeção, deste modo, considerou-se aprovada.

Atividades desenvolvidas pela Coordenação da UGP em 2022:

- Reunião com o Ministério Público;

- Reunião de Conservação do Solo;

- ACT (recebimento e análise de sugestões);

- Indicação de temas para boletins mensais;

- Respostas Parceiros e Produtores;

- Novos Contratos.

Item 2º – Wendel (ADASA) informou que ocorreu uma reunião com o Ministério Público, referente ao percentual de 0,2% destinado ao PSA, para manutenção do projeto do produtor de Água do Pipiripau e para a instalação do Descoberto, do edital no Descoberto. Wendel relatou que o principal ponto da reunião foi uma discussão referente a legalidade, visto que o projeto é contemplado por uma resolução e o MP informou a necessidade de ser legislado por lei, e para sanar esse vício de ilegalidade é necessário um projeto de lei. Continuando, Wendel avisou que tal informação já foi repassada para as diretorias da Adasa e Caesb e já está sendo averiguada a questão sobre apoio parlamentar para solucionar esse conflito. Sobre o ACT, Wendel informou que o mesmo está vencido desde 18 de abril de 2022, com isso, até sua renovação, não é possível inserir nenhuma proposta nova após o vencimento. Icleia (EMATER) disse que essa pode ser uma oportunidade para ajustes. Lembrou que muitos produtores que já participaram do projeto, gostariam de dar continuidade e que o Rossini (ANA) em outro momento havia sugerido a criação no edital de um mecanismo que permitisse que o produtor, após o prazo de cinco anos (período de contrato), pudesse apenas atualizar informações, dispensando assim a necessidade de elaboração de um novo PIP. Ricardo (UNB) destacou que nesses casos, apesar de ser um novo contrato, desde que não ocorra mudanças significativas na propriedade, o PIP pode tranquilamente ser aproveitado, dispensando a necessidade de um novo estudo. Israel (ADASA) sugeriu que no edital conste que para os produtores que desejam continuar no projeto, seja possível o uso de um PIP simplificado, aproveitando as informações do documento anterior.

Sobre a questão da reunião com o Ministério Público, Fábio (CAESB) detalhou que a regulamentação deve sair por uma lei a nível distrital e que por parte da Caesb já foi solicitado apoio parlamentar para que os processos tramitem da forma mais célere para dar continuidade nos programas do Distrito Federal.

Sobre o ACT, Fábio informou que a Caesb está analisando juridicamente como será a participação da empresa no ACT, sobretudo por conta da regulamentação da lei de PSA do DF.

Sobre os PIPs, Luis (ANA) lembrou que o que garante a continuidade da prestação de serviços ambientais, por parte dos produtores rurais no Produtor de Água, são as avaliações anuais. Isso corrobora com o que foi falado pelo Ricardo (UNB) e pode servir para a dispensa de um novo estudo para os produtores que desejarem continuar no projeto após o vencimento dos cinco anos de contrato.

Rossini (ANA) propõe a discussão de uma desburocratização numa outra data, e ressalta que há recurso para determinadas ações, mas que em diversas vezes não acontece devido a dificuldade do processo.

Icléia (EMATER) questionou sobre até que ponto o projeto está alcançando seus objetivos, sobretudo no que rege sobre a realização de ações previstas para as propriedades participantes. Informou que está em tempo de se realizar um balanço e um novo planejamento estratégico para os próximos 10 anos. Alertou que a quantidade de PIPs realizados não pode ser a única matéria a ser considerada.

Fábio concordou com a Icléia e reforçou a ideia de realizar uma reunião extraordinária para discussão de uma nova estratégia. Fábio se dispôs a apresentar o caso de Minas Gerais com mais detalhes, onde ocorreu uma visita técnica para avaliar os resultados do programa.

Israel (ADASA) informou que concorda que a Caesb tenha liberdade para realizar seus planos de ações na bacia, fora do âmbito do projeto, porémm não concorda que o recurso destinado ao PSA seja em parte remanejado para custear ações diretas que não seja pagar ao produtor.

Fábio (CAESB) ressaltou que o foco de sua sugestão é para que haja aumento dos recursos destinados aos programas, para que além do PSA, possa ocorrer investimentos. Completou dizendo que com o recurso atual não é possível acrescer novas ações, mas que se deve trabalhar para o aumento deste recurso e a desburocratização do mesmo.

Dando seguimento, Wendel (ADASA) apresentou o caso da propriedade do senhor Mauro Kaiser, onde foi feito semeadura direta. Destacou que em determinado momento o capim exótico tomou conta do espaço, e o produtor solicitou permissão para entrar com máquinas para a limpeza do local, devido o grande número de cobras presentes no local. Wendel sugeriu que ocorra uma visitação na área por uma equipe para que o produtor não se sinta desamparado.

Fabiana (EMBRAPA) perguntou sobre qual a densidade de sementes colocadas na área e disse que seria interessante verificar se a cobertura, riqueza e densidade de regenerantes está dentro do esperado pelo Ibram.

Marina (IBRAM), via chat, disse que o problema da capina mecânica é que a probabilidade de regenerantes do cerrado serem perdidos é alta.

Luis (ANA) propôs estudar a possibilidade de uma pulverização seletiva por drone.

Wendel (ADASA) explicou que a dona Fátima (esposa do senhor Mauro) não concorda com ações que tenham uso de agrotóxicos.

Fabiana (EMBRAPA) lembrou que nos processos de restauração não é possível erradicar espécies invasoras, como é o caso das brachiarias. Sugeriu uso de uma roçadeira costal e replantio com espécies que tenham maior poder de colonização, como estilosantes e amendoim forrageiro, para que se tenha uma melhor cobertura de solo e maior competitividade com as brachiarias.

Item 4º Sobre o GT 1, Rossini (ANA) disse que há um convênio em andamento com a Seagri em que já foram executados praticamente todos os recursos previstos da ANA, e onde a Seagri comprometeu-se em realizar terraços, barraginhas e readequação das estradas. Informou que a execução dos terraços não aconteceu de imediato devido a falta de interesse dos produtores locais. Houve uma reunião na Emater e foi considerado a possibilidade da compra de um terraceador, situação que ainda está em análise. Por fim, Rossini indagou que o Terceiro Encontro Nacional de Produtores de Águas está em andamento, com previsão de acontecimento para novembro de 2022.

Sobre o GT 2, Rafael (SEAGRI) relatou que conversou com o gerente de produção do viveiro, senhor Ângelo, e o mesmo disse que o viveiro continua produzindo mudas de forma contínua e que as mudas pendentes estão no viveiro. Senhor Ângelo também falou das dificuldades e a questão da mão de obra no trato com essas mudas, pois o contrato (convênio ANA/Emater-DF) está vencendo e aparentemente não irá renovar.

Sobre o GT 3, Wendel (ADASA) apresentou o número atual de contratos ativos (78), lembrou que 39 formulários autodeclaratórios já foram enviados aos produtores e 34 foram respondidos e devolvidos. Disse que até o mês de maio só havia sido recebido 9 relatórios das comissões, e apenas 5 destes foram considerados como pagos. As ações referentes aos GT 3 são: Empenhos; Cálculo do apostilamento da calculadora cidadão (IPCA); Contato com Produtores para encerramento de contratos (vendas/óbitos); Revisão dos relatórios de vistoria, Elaboração de planilhas de cálculos para pagamentos de contratos; Encerramento de contratos de Produtores que venderam a propriedade.

André (TNC) informou que a plataforma PAM está em andamento e que a expectativa é que ele esteja em funcionamento completo este ano.

Sobre o GT 6, Clebiane (IBRAM) informou que está agendando uma visita de alunos à unidade de conservação (ESECAE) para 27/06; o Produtor de Água Mirim está em andamento, e terá início com plantio de 500 mudas no parque Pequizeiro. Além disso, cinco escolas já estão confirmadas para a ação do Produtor de Água Mirim, em novembro. Wendel ofereceu auxílio, caso seja necessário.

Sobre o GT 7, Diândria (EMATER-DF) disse que o GT está produzindo boletim mensal e também uma série a respeito dos 10 anos da assinatura do primeiro contrato, com as seguintes ações: criação de um selo comemorativo de 10 anos; série especial de matérias sobre personagens importantes para o projeto no Boletim UGP, site e redes sociais; participação em eventos técnicos e do setor rural (Brazil Water Week, Agro Brasília e outros); vídeo colagem para o site; evento comemorativo presencial de 10 anos, com parceiros e produtores rurais como público-alvo, e que esse evento seja um seminário apresentando os resultados, a importância do envolvimento dos produtores e parceiros, e as perspectivas de futuro. Diândria também solicitou a participação de três pessoas para compor a comissão. Rossini (ANA) e Clebiane (IBRAM) se disponibilizam. Diândria finalizou sugerindo a volta das reuniões dos coordenadores de GTs.

Item 5º - Wendel informou o desejo de realizar um evento em julho, com a finalidade de aproximação dos produtores e que neste evento já sejam realizadas ações próprias do serviço fim, como: entregas de cheques simbólicos e assinaturas de novos contratos (7). Wendel também destacou a necessidade de elaboração de um Projeto de Lei com foco na questão do PSA na tarifa, considerando que o ano é eleitoral e isso pode ser favorável. Fábio (CAESB) propôs levar um deputado para prestigiar esse evento. Os membros analisaram qual deputado poderia ser convidado para o evento.

Prosseguindo, Wendel indagou se o ACT é considerado como convênio e se a Emater-DF poderia trazer o PIP para o Estado de Goiás, por conta de uma parte da bacia está presente lá. Também acrescentou que colocará a discussão em pauta na próxima reunião. Icléia (EMATER) informou que há uma série de ações e consultas que devem ser realizadas para tal feito, inclusive consultar os devidos jurídicos.

Rossini (ANA) convidou todos para o evento do dia 09/06/2022, no Pipiripau, para o recebimento das comitivas de El Salvador e Paraguai.

Por fim, Wendel (ADASA) encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.

Para constar, eu, Wilmar Roberto Gualberto de Brito, lavrei a presente ata para apreciação e aprovação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Wilmar Roberto Gualberto de Brito**

**Adasa**